

CARTA ABERTA

Nós Povo Indígena Paiter Suruí, que traduzido significa “Povo verdadeiro”¹, somos um Povo forte, valente, pacífico, trabalhador, donos originários das terras indígenas que habitamos tradicionalmente a muitas gerações. Sofremos com os impactos nefastos da colonização do Estado de Rondônia desde a década de 1920, com a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, com as linhas telegráficas de Rondon, e com o impulso na economia da borracha.

A partir do ano de 1960, com a construção da Rodovia BR 364 e implantação de vários programas federais de desenvolvimento, tais como, POLONOROESTE e PLANAFORO, os quais garantiram incentivos e subsídios do Governo Federal e Estadual para os agricultores migrantes de todo o Brasil, colonizarem o Estado de Rondônia, por meio de assentamentos irregulares em territórios tradicionalmente ocupados pelos donos originários desta terra, que são os Povos indígenas.

Todavia, somente em 1983, após anos de massacre e violações de nossos direitos humanos, tivemos nosso território demarcado, por meio do Decreto 88.867, de 18 outubro de 1983, reconhecendo e delimitando o TI Sete de Setembro, que compreende uma extensão territorial de 248 mil hectares da floresta, no qual hoje abriga 25 aldeias, com cerca de 1.800 indígenas, divididos nos clãs *Gãmeb*, *Kaban*, *Makor* e *Gabgir*, formando a sociedade indígena Paiter Suruí.

Nós Povo Paiter Suruí, somos um Povo trabalhador, que amamos e vivemos da agricultura tradicional, para nossa subsistência e comercialização, por meio do plantio de cará, batata-doce, inhame, amendoim, milho, mandioca e outras culturas como café e banana, as quais vendemos para a população não indígenas da região, e com isso angariamos recursos para mantermos nossas famílias.

¹ Mindlin, Betty. 1985. Nós Paiter: os Suruí de Rondônia. Petrópolis: Vozes

Apesar da integração forçada que tivemos de enfrentar, nós ainda possuímos nossa cultura, crenças e festas tradicionais, tais como: festa do *Mapimaí* (de criação do mundo), *Ngamangaré* (de roça nova), *Weyxomaré* (de pintura), *Hoeyateim* (festa para o xamã controlar os espíritos da aldeia), *Lawaãwewa* (de construção de casa nova), e festa da *Ytxaga* (da pesca com timbó). Mostrando assim, que valorizamos nossa cultura, religião e artes milenares.

Por culpa das próprias autoridades que forçaram a nossa integração à sociedade não indígena, tivemos que nos adaptarmos aos costumes da sociedade que nos cerca. Ficando impossível permanecermos isolados dentro do nosso território, vivendo do extrativismo da floresta e dos alimentos que ela nos fornece.

O homem branco nos trouxe doenças, que necessitam de remédios para serem curadas, e que só se compram com dinheiro. Também necessitamos visitar a cidade, onde ninguém aceita nos ver sem roupas, o que para vocês é considerado crime de “ato obsceno”, punido com prisão pelas suas leis. Porém, para usarmos roupas, temos que ter dinheiro para comprá-las. Necessitamos de transporte para chegarmos até a cidade e vendermos nossos alimentos. Precisamos ter dinheiro para transportarmos nossos parentes enfermos até o hospital, e fazermos os exames médicos.

Hoje muitos Suruí morrem por falta de remédios, pois não temos como comprar. Morrem por falta de exames médicos, pois não temos como pagar. Morrem por falta de alimentação regular, pois não temos dinheiro para comprar, e nem temos incentivos financeiros do governo para plantar. Essa é a nossa realidade!

A lei máxima brasileira, que vocês chamam de “Constituição Federal”², diz que temos a posse permanente das terras que tradicionalmente ocupamos, e que nos cabe o usufruto exclusivo das riquezas do solo (árvores, minérios e outros), dos rios e dos lagos que nelas existam. Podendo ser utilizadas em atividades

² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

produtivas, necessárias à nossa reprodução física e cultural, segundo nossos usos, costumes e tradições.

Todavia, o mesmo homem branco que escreve a “lei maior”, pisa nela quando proíbe nós índios a exercermos o nosso direito de liberdade, dignidade e a vida, como senhores da terra onde vivem. Proíbem nós indígenas de usufruirmos das riquezas do solo, dos rios e dos lagos. Levando todo um Povo a miséria, ao abandono e ao extermínio.

Nos indignamos com a situação de desigualdade que existe entre nós Povo indígena e o homem branco. Visto que ele tem direito e garantia de financiamento para agricultura e agropecuária para sua subsistência, com facilidades de aquisição de créditos e recursos para suas atividades. Podendo negociar suas terras, vender, comprar, e alienar, da forma que bem entender, gerando riquezas para o seu bem estar.

Porém, nós Povo indígena, apesar de sermos os donos originários da terra que habitamos tradicionalmente mesmo antes da colonização. Até hoje somente possuímos o direito de posse da terra, não nos sendo permitido a alienação e negociação da terra para aquisição de recursos, como o homem branco tem, com o objetivo de garantir a realização de empréstimos bancários, créditos ou financiamentos para investirmos nas nossas plantações, criações e produções.

Não queremos abrir mão de nossas terras, florestas, águas e território, mas queremos também termos nossos direitos garantidos, como é garantido ao homem branco, que a cada dia enriquece e nos oprime, nos subjuga com seu poder e ganância.

Nós indígenas achávamos que éramos donos e nossas terras, agora vemos que não. Quando o homem branco quer represar nossas águas construindo represas, barragens, usinas, ou utilizá-las para produção econômica ao seu favor, tudo se torna permitido. Criam-se leis, que são aprovadas sem nossa consulta, sem nossa liberação ou consentimento, e seus projetos são realizados.

Entendemos que continuamos sendo “tutelados” pelos órgãos de proteção, que na verdade não nos protege e nem garantem os nossos direitos, mas que atuam de forma opressora e conivente, diante de todas as atrocidades e violações de direitos humanos que se perpetua no decorrer da história.

Dessa forma, como vamos sustentar nossos filhos e filhas nas faculdades e universidades. Como garantir sua formação profissional e capacitação intelectual para concorrer no mercado de trabalho. Como vamos sustentar nossas famílias, filhos, esposas e parentes, se não existe nenhum incentivo concreto por parte do Estado brasileiro que garanta a nossa subsistência e sobrevivência.

Por fim, o homem branco nos incrimina, nos processa, nos prende em cadeias, onde somos maltratados, torturados, recebendo maus tratos e tratamentos cruéis de desumanos, e degradantes, por simplesmente quisermos exercer o nosso direito de usufruto das nossas florestas, solo e rios. Direito esse que o homem branco tem, mas que a nós Povos indígenas nos foi roubado, e continua a ser retirado, sem que haja qualquer atitude por parte das autoridades brasileiras.

Cansamos de sermos discriminados nas escolas, postos de saúde, hospitais e em outros órgãos públicos, por simplesmente sermos “indígenas”, e quisermos manter a nossa cultura e costumes. Até quando continuaremos a sermos criminalizados e desrespeitados. Afinal de contas, também somos brasileiros, e a nós deveria ser garantido as leis e proteção, não somente as leis incriminadoras e punitivas.

Onde está o direito de igualdade garantido pela Constituição Federal em seu artigo 5º, quando diz que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Onde está a prática dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, de construir uma sociedade livre, justa e solidária. Onde está justiça?

Por meio desta, queremos reivindicar e pedir imediatamente os seguintes direitos:

1. Queremos a garantia de atendimento a saúde especializada, com direito a realização de exames e cirurgias médicas, medicamentos, e não somente o atendimento da saúde básica, oferecido pela atual Política de Saúde Indígena ofertada pelos DSEI's.
2. Garantir a implementação de uma política de segurança alimentar efetiva que atenda as necessidades de nossa cultura e costumes.
3. Queremos a garantia da criação um programa para fortalecimento da agricultura, agropecuária, e outras formas de financiamento para a sustentabilidade para o Povo Surui.
4. Queremos a garantia do direito a educação em nossas aldeias, com a construção de escolas, estruturação de salas de aula, contratação de merendeira e zeladores, bem como a aquisição permanente de materiais didáticos e professores indígenas em todas as aldeias.
5. Queremos que seja garantido a entrada e permanência dos jovens indígenas Suruí no ensino superior, com a criação de novos cursos de acordo com as demandas de profissionais. Com também a garantia, suporte e apoio dos órgãos governamentais, para hospedagem em local digno e com condições de habitabilidade para jovens indígenas estudantes, que é o futuro do Povo Suruí e do BRASIL.
6. Garantia do aumento de vagas nas cotas raciais para os jovens indígenas, tanto nas universidades públicas, como nas faculdades privadas por meio dos programas estudantis.
7. Adaptação da política habitacional de construção de moradia populares para atender as necessidades habitacionais dos Povos indígenas.
8. Realização de projeto de aviventação no TI Sete de Setembro do Povo Suruí.
9. Implementação de projeto de apoio para extração de castanha do Brasil, com a abertura de carreador para a retirada da produção.
10. Aparelhamento, fortalecimento e estruturação das CTL's, bem como contratação de equipe técnica local. Garantindo a aquisição de veículos para cada CTL's, e para a Coordenação Regional da FUNAI.

Por fim, queremos ser tratados com dignidade e respeito, não como criminosos e bandidos por buscarmos nossos direitos e garantias que é fruto de tantos anos de mobilização e luta, para conquistarmos os direitos que hoje tentam nos roubar.

Dessa forma, nós representantes do Povo Paiter Suruí, assinamos abaixo, e dizemos que somos os “verdadeiro brasileiros”, que não desistem nunca, pois somos “**Gente Verdadeira**”!

Externado singular estima!

Cacoal/RO, 20 de Março de 2017.